

**A FOTOGRAFIA COMO TÉCNICA DOCUMENTAL ESTATAL: inserção,  
produção e acumulação no estado de São Paulo.**

**Bruno de Andrea Roma<sup>1</sup>**  
bruno.andrearoma@gmail.com

**Resumo**

O recurso fotográfico é um importante elemento da lógica documental pública, empregado em uma diversidade de expedientes cotidianamente empreendidos pelo Estado. Podemos afirmar que sua presença nas instituições públicas por todo o mundo pode ser observada desde a segunda metade do século XIX, quase instantaneamente depois da apresentação dos primeiros dispositivos à sociedade, no que se destacam especialmente a cultura, saúde e segurança. Produtor de fotografias em série, esse momento marca também a obrigação do Estado em lidar com a sua acumulação e preservação. É importante considerarmos que nesse mesmo período são desenvolvidos padrões basilares da disciplina arquivística, no bojo da acumulação documental pública. Ambos os eventos, introdução da fotografia e desenvolvimento da arquivística, remontam as necessidades de um Estado mais eficiente, controlador e individualizador em relação aos cidadãos. Não podemos dizer, visto isso, que a fotografia é um documento novo para a arquivística ou mesmo para o Estado. Neste trabalho temos por objetivo discutir os primórdios da produção e acumulação de fotografias pelo poder público no estado de São Paulo, tendo a saúde pública como recorte exploratório. Nossa pesquisa demonstra que, entre o fim do século XIX e princípio do XX, uma série de instituições relacionadas ao nosso recorte usaram o dispositivo fotográfico no desempenho de suas atividades. Dois exemplos são apresentados para caracterizar essa produção: o Asilo de Alienados do Juqueri e o acervo do atual Museu de Saúde Pública de São Paulo. No entanto, também constatamos que, diferente dos documentos textuais produzidos por essas mesmas instituições, essa produção não encontrou permanência no Arquivo Público do Estado de São Paulo, estando espalhada por uma série de museus e centros de documentação. A partir disso, o trabalho discute sobre a complexidade relacionada à presença de documentos fotográficos no fluxo de documentação pública e a dificuldade para o seu encaminhamento ao arquivo público. Apresentamos para o debate quatro propostas que podem explicar esse processo.

**Palavras-chave:** Documento fotográfico. Fotografia. Arquivo. Cultura Visual. Arquivo Público.

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil.

## **1 A FOTOGRAFIA COMO TÉCNICA DOCUMENTAL DO ESTADO**

Durante o século XIX, dois eventos ocorrem quase simultaneamente e modificam profundamente as formas de registrar/documentar utilizadas pelo Estado por todo o mundo: a apresentação da fotografia para a sociedade e o desenvolvimento da disciplina arquivística como a conhecemos. O primeiro ocorre na França no ano de 1839, e é protagonizado por Louis Jacques M. N. P. Daguerre e Hippolyte Bayard que apresentaram, respectivamente, à Academia de Ciências e à Academia de Belas Artes daquele país dois processos para o registro fotográfico (ROUILLE, 2009). Já para o segundo evento, tomamos por baliza alguns acontecimentos marcantes da formalização da arquivologia como disciplina como, por exemplo, a fundação das primeiras escolas de arquivistas — 1811 em Nápoles, 1821 em Mônaco e Paris —, bem como a profusão de associações profissionais e a criação de protocolos metodológicos, com destaque para a definição, em 1841, do “princípio de proveniência” pelo arquivista e historiador francês Natalis de Wailly, seguido das primeiras normas de descrição e a criação do “Manual de ordenamento e descrição de arquivos” em 1898 na Holanda (BARRAZA LESCANO, 1996).

Situamos os principais eventos de 1839-1841 no empirismo de meados do século XIX, uma época em que as tecnologias fotográficas e a classificação de arquivos, adotadas como ferramentas de conhecimento, mantinham a promessa de controle sobre um mundo cada vez mais complexo. (SCHWARTZ, 2000, P.06)

Ao aproximarmos essas duas telas de acontecimentos, difusão da fotografia e formação da arquivologia como disciplina, percebemos, inicialmente, a inconveniência de considerarmos a fotografia um fato novo para a arquivística, ou mesmo para o Estado, e atribuirmos a esse suposto motivo as dificuldades para o seu tratamento. Na verdade, o Estado lida com a produção desse tipo de registro quase que concomitantemente ao seu surgimento, mesmo período em que, no bojo da administração pública, desenvolveram-se padrões basilares do tratamento arquivístico. Trata-se, por isso, de movimentos simultâneos. No entanto, assim como observa Schwartz, essas transformações das formas de registrar e manter documentos são

também demonstrativas da complexificação das relações sociais, e mais do que isso, da necessidade do Estado de controlar essas transformações.

Devemos considerar, portanto, que também no século XIX o Estado passa a se capilarizar numa complexa rede de controle, individualizando sujeitos e vigiando seus corpos. Michel Foucault chama essa rede de ‘microfísica do poder’ e aos mecanismos que a compõe de ‘tecnologia do poder’ (FOUCAULT, 2014: 32) ou “máquinas do poder”, que nos ajuda a compreender importantes modificações do “poder de saber” do Estado:

É bem possível que as grandes máquinas do poder tenham sido acompanhadas de produções ideológicas. [...] São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber; métodos de observação; técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isto significa que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas. (FOUCAULT, 1979, p. 186)

Ao analisar a inserção do dispositivo fotográfico na Inglaterra, o historiador inglês John Tagg constata sua precoce adoção pelas instituições descritas por Foucault como braços do poder estatal: o hospital, o hospício, a fábrica, a prisão, o hospital, a escola pública, delegacia de polícia etc.

Os primeiros anos do desenvolvimento do processo fotográfico coincidiram aproximadamente com o período da introdução do serviço policial nesse país [Inglaterra] e, por mais de cem anos, os dois progrediram juntos. [...] Se examinarmos qualquer outra instituição que tem sua genealogia traçada por Foucault, encontraremos a fotografia assentada tranquilamente entre elas. A partir de meados do século XIX, a fotografia tem seu papel a desempenhar no funcionamento da fábrica, do hospital, do hospício, do reformatório e da escola, assim como do exército, da família e da imprensa, do Improvement Trust, da Ordnance Survey e da força expedicionária. (TAGG, 2005, p. 74-77, tradução nossa)

Nesse sentido, Tagg considera a fotografia um importante mecanismo da ‘tecnologia do poder’, viabilizador da individualização e vigilância que o Estado passa a exercer nesse período. Essa constatação é importante, em primeiro lugar, porque

desnaturaliza o poder de veracidade da fotografia, demonstrando que esse poder não está na imagem, mas nas instituições que a mobilizam (TAGG, 2005, p. 64). As conclusões de Tagg também demonstram a necessidade, por parte do Estado, de reconfigurar seus expedientes de documentação e registro. Não podemos deixar de associar a esse processo uma reconfiguração da lógica documental pública, que passa a permitir um controle mais individualizado dos sujeitos. Dessa maneira, o “poder de saber” do Estado ganha um novo estatuto e uma nova aplicabilidade.

Se é verdade que a inserção da fotografia nos expedientes públicos, especialmente os de identificação, remonta uma necessidade por parte do Estado de individualizar sujeitos, o que é uma perspectiva microscópica desse processo, também é verdade que a plenitude desse sistema de informação só se viabiliza por meio do arquivo, capaz de dimensionar a sociedade, uma perspectiva macroscópica desse processo. Sobre esse assunto, referindo-se ao método fotográfico de identificação policial francês, elaborado por Bertillon no século XIX, Fabris afirma o seguinte:

Ao estabelecer uma relação intrínseca entre identificação fisionômica e identidade pessoal, Bertillon não pretende estabelecer uma relação entre indivíduo e espécie, e sim isolar um indivíduo dentro da espécie. [...] O método de Bertillon é resultado da intersecção entre fotografia e estatística: a primeira, associada à antropometria e a uma descrição normalizada do indivíduo, permite constituir um registro “microscópico”; a segunda possibilita a inserção desse registro num conjunto “macroscópico”, o arquivo. (FABRIS, 2004, p. 46–47)

Percebemos, portanto, uma conexão importante entre a fotografia como técnica documental e o arquivo, no sentido que a produção metódica e seriada de fotografias no contexto da administração pública encontra no arquivamento sua realização final. Existe um sentido desse tipo de produção que só é compreensível dentro do contexto propiciado pela condição arquivística, em consonância a documentação produzida pelas repartições que a originaram. Se considerarmos a fotografia como técnica empregada para a produção de documentos administrativos do Estado, condição marcada pela sua inserção no cotidiano público como mencionamos, poderíamos não apenas apontar o regime arquivístico como tratamento adequado, mas o arquivo

público como instituição para o acolhimento permanente desses documentos, claro, se definidos para preservação permanente.

## **2 O ESTADO DE SÃO PAULO: SAÚDE PÚBLICA.**

Se assim como Tagg fez na Inglaterra, investigássemos a penetração da fotografia nas instâncias públicas do estado de São Paulo, perceberíamos que essa inserção guarda algumas semelhanças com o que se observou naquele país. A fotografia não apenas está presente na organização dos expedientes de segurança e educação pública, como integra uma extensa rede de órgãos e instituições ligadas às políticas sanitárias que se estabeleceram nesse estado entre o último quartel do século XIX e o princípio do século XX: preventórios, sanatórios, hospitais de isolamento, colônias de hansenianos, asilos e desinfectórios se espalharam por todo o estado e é possível localizar a fotografia como técnica documental utilizada por muitos deles. Por esse motivo, nesta oportunidade, elegemos a saúde pública como recorte para evidenciar essa profusa inserção, ainda que no mesmo período expedientes de segurança, obras, recenseamento, educação ou defesa também se usassem do dispositivo fotográfico.

Muitas instituições poderiam ser mencionadas para demonstrar a presença do recurso fotográfico na saúde pública paulista. O Instituto de Higiene, o Serviço Sanitário, o Asilo de Alienados do Juqueri, o Asilo Colônia Aimorés, o Departamento de Profilaxia da Lepra, o Instituto Oscar Freire e o Departamento de Hansenologia do Estado de São Paulo são algumas delas. Seja na identificação de doentes, descrição de doenças, produção de relatórios ou registros cotidianos, a fotografia foi técnica de recorrente adoção nas atividades desses institutos, a maioria deles hoje centenária ou já extinta.

Na impossibilidade de discutirmos neste trabalho cada um desses casos, optamos por dois exemplos que nos permitem uma compreensão mais panorâmica sobre o assunto. O primeiro deles é o Asilo de Alienados do Juqueri, instituição fundada em 1898 onde hoje é a cidade de Franco da Rocha e que chegou a ser o maior hospital para tratamento de doenças mentais da América Latina. Como é de se imaginar, as

atividades da centenária instituição legaram ao Estado um extenso e precioso conjunto documental. Parte dessa documentação foi recolhida pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), outra parte ainda remanesce na entidade para o estabelecimento de um futuro museu<sup>1</sup>. Entre a documentação que permanece na instituição, existe um conjunto de mais de cinco mil negativos de vidro produzidos no princípio do século XX, cujo acesso é interdito em função das precárias condições em que o material se encontra atualmente.

Embora não seja possível acessar esse conjunto de negativos de vidro, o acervo do Museu da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – MFMUSP possui um conjunto de aproximadamente 400 fotogramas em chapas de vidro que guarda relações com essa documentação fotográfica e que, por isso, pode colaborar para a nossa reflexão. Doados pela família de Antônio Carlos Pacheco e Silva, fundador da cadeira de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, os fotogramas são também originários do Asilo de Alienados do Juqueri. A instituição foi dirigida por Pacheco e Silva na década de 1920 e os fotogramas eram utilizados para fins didáticos no contexto da Faculdade. Não há informação se são cópias ou originais removidos do antigo hospital. São muito variados os propósitos dos registros: antes e depois de pacientes, análises craniométricas, exemplos de quadros patológicos, cenas de trabalho e estudo etc.



Figura 1 Exemplo de registro fotográfico comparativo de antes/depois - Asilo de Alienados do Juqueri. Fonte: Acervo MFMUSP.

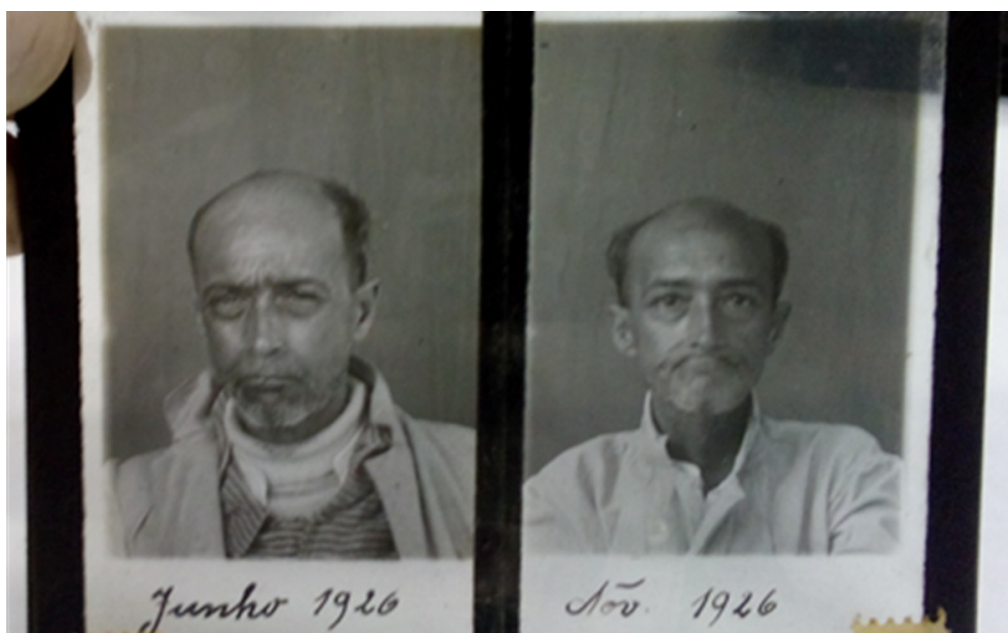


Figura 2 Exemplo de registro fotográfico comparativo de antes/depois - Asilo de Alienados do Juqueri. Fonte: Acervo MFMUSP.

A presença de documentos fotográficos desse tipo, com finalidade de registro e identificação, serve de exemplo do processo de individualização promovido pelo aprimoramento das técnicas de identificação, em que se destaca o uso da fotografia. Pelo volume e função dos registros é possível concluir que não se tratava de um recurso esporádico, mas do uso sistemático da fotografia, inclusive em conformidade com os usos que a fotografia recebia em contextos semelhantes no exterior<sup>2</sup>. Ainda assim, é preciso considerar a variedade de uso do dispositivo, aplicado ainda na produção de relatórios, registro de diligências, descrição científica, registros didáticos, registro de obras, laudos, autos etc. Não há informações sobre a existência de um serviço especializado em fotografia no hospital, embora o volume de material possa indicar para isso. Sobre o destino da documentação, seja o que remanesce nas antigas instalações do hospital ou o que foi transferido para a Faculdade de Medicina, notamos que o conjunto não foi para o arquivo público, prevalecendo uma expectativa de musealização do material.

Um outro exemplo poderá nos ajudar a dimensionar a extensão da presença do dispositivo fotográfico em atividades da saúde pública em São Paulo e os destinos reservados a esses documentos para sua preservação. Construído em 1893 no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, o Desinfectório Central foi um marco das políticas sanitárias e combate às epidemias que assolavam o estado na época. Hoje desativado, seu centenário edifício abriga o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, que reúne um relevante conjunto documental relacionado ao tema da saúde pública no estado de São Paulo. O registro da instituição no Diretório Brasil de Arquivos – DIBRARQ, do Arquivo Nacional - Ministério da Justiça e Segurança Pública, apresenta o acervo da seguinte forma:

O Museu de Saúde Pública Emílio Ribas tem hoje sob sua guarda um importante acervo sobre a saúde pública paulista. Em sua maioria, o acervo é composto por documentos de arquivo da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Destaca-se a documentação referente às primeiras organizações de saúde pública no Estado como, por exemplo, Inspetoria de Higiene, Serviço Sanitário, Divisão do Serviço de Interior, Departamento de Profilaxia da Lepra. A documentação mais recente oriunda das atividades da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo refletem as funções desse

órgão a partir de suas coordenadorias, hospitais, serviços e diretorias.  
(ARQUIVO NACIONAL)

Como o registro permite notar, trata-se de conjunto com potencial arquivístico, produzido e acumulado no desempenho das funções administrativas de uma diversidade de órgãos e instituições, a maioria deles hoje desativada. Digno de nota é o fato da documentação de muitos desses produtores arquivísticos já ter sido recolhida pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP, o que nos obriga a refletir sobre quais critérios definiram o que foi enviado ao APESP e o que foi retido pelo Museu. Em casos semelhantes a este, ou mesmo do Juqueri, é muito frequente que juízos de valor tomem o lugar de um desejável processo de avaliação arquivística. Nesse sentido, documentos fotográficos são retirados do fluxo documental como resultado de um entendimento que os privilegia em relação aos demais documentos produzidos nos mesmos contextos em que eles.

A tabela que apresentamos abaixo aponta a presença de documentos fotográficos no acervo do Museu de Saúde Pública:

Tabela 1 — Material fotográfico sob custódia do Museu de Saúde Pública Emilio Ribas, na capital de São Paulo, em 2020

<b>Fundo</b>	<b>Material fotográfico</b>
<b>Campanha de Erradicação da Variola</b>	Fotografias avulsas (não contabilizadas).
<b>Cruzada Pró-Infância</b>	12 álbuns, 3 caixas com fotografias e negativos avulsos.
<b>Departamento de Profilaxia da Lepra</b>	26 álbuns, fotografias e negativos avulsos.
<b>Departamento de Saúde do Estado de São Paulo</b>	4 álbuns, fotografias avulsas (não contabilizadas), 32 diapositivos em vidro e 96 negativos em vidro.
<b>Instituto Clemente Ferreira</b>	Fotografias avulsas (não contabilizadas — reproduções).
<b>Secretaria de Estado da Saúde</b>	47 álbuns, fotografias avulsas (não contabilizadas), negativos em acetato (não contabilizados), 992 diapositivos em acetato e 13 lâminas de análise de anatomia patológica.
<b>Serviço Sanitário do Estado de São Paulo</b>	215 diapositivos em vidro, 986 negativos em vidro e fotos avulsas (não contabilizadas).
<b>Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra</b>	1 envelope com fotografias avulsas.
<b>Emilio Marcondes Ribas</b>	Fotografias avulsas (não contabilizadas).
<b>José de Toledo Piza</b>	4 álbuns.
<b>Marcos de Oliveira Arruda</b>	2 fotografias

Fonte: Autoria própria (2020)

O levantamento exposto acima nos possibilita duas constatações: em primeiro lugar a extensão e volume de documentos fotográficos, indicativos de uso recorrente e massivo do recurso fotográfico por essas instituições no decurso de suas atividades. Em segundo lugar, constatamos que, por algum motivo, uma parte da documentação produzida por essas repartições foi recolhida ao APESP e outra não. Acontece que nenhuma das instituições que mencionamos no princípio deste bloco como produtoras de fotografias recolheu ao arquivo público a documentação fotográfica acumulada. O que, para além da constatação da existência dessa produção, nos obriga a refletir sobre as dificuldades para preservação desses documentos no arquivo público.

### **3 DOCUMENTO FOTOGRÁFICO E ARQUIVO PÚBLICO**

Produzidos no cumprimento de funções administrativas, de forma sistemática e muitas vezes seriada, inseridos nas mais variadas espécies documentais, como relatórios ou processos, ou ainda como documentos autônomos, destacamos a natureza arquivística desses documentos fotográficos. No entanto, como vimos, se para essa investigação recorrêssemos ao acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, constataríamos a impossibilidade de fazê-lo plenamente. Acontece que a maior parte dos documentos que nos permitiriam mensurar a precocidade e extensão da utilização do dispositivo fotográfico não está no arquivo público. As fotografias que deveriam estar no Arquivo Público acabaram encontrando permanência em museus, bibliotecas, centros de documentação ou até mesmo com particulares ou sequer são entregues por seus produtores quando da promoção de recolhimentos em instituições públicas. Dessa maneira são alijadas das condições necessárias para sua contextualização como documento em regime de arquivo.

Como é de se esperar para a manutenção do regime arquivístico, existe um contexto de produção e acúmulo que deve ser preservado, sob a pena de reduzir o potencial documental<sup>3</sup> do conjunto. Sobre a importância dessa estrutura contextual, Camargo alerta:

O documento de arquivo é a exteriorização de uma ação que se faz e refaz por efeito da força probatória que lhe é peculiar. (...) O estatuto probatório dos documentos de arquivo depende, portanto, de sua natureza contextual que deve ser preservada a todo custo sob pena de fazê-los perder a capacidade de refletir a instituição de origem. (...) Não é possível separar o que é histórico do que não é histórico no âmbito de um conjunto arquivístico. Fatos ou documentos adquirem esse status a partir de um gesto de interpretação. (CAMARGO, 2003: 11-14)

No excerto, a autora destaca a perda da “capacidade de refletir a instituição de origem” quando há prejuízo do contexto. Nesse sentido, a impossibilidade de encontrarmos os documentos fotográficos que mencionamos no arquivo público e em conjunto com os demais documentos produzidos por essas repartições prejudica diretamente a possibilidade de compreendermos o funcionamento desses expedientes públicos e, em última instância, o funcionamento do próprio Estado. Considerando-se ainda a complexidade desses temas, que envolvem ações muitas vezes perversas do Estado ou das autoridades públicas, a contextualização desse tipo de documentação ganha redobrada importância.

Outro ponto que gostaríamos de chamar atenção do excerto de Camargo, é a impossibilidade de separação entre o que é e o que não é histórico no contexto arquivístico. Embora o valor histórico seja elemento mobilizado no processo de avaliação arquivística, não pode ser isoladamente fator determinante, seja para envio de documentação ao arquivo público, seja para separação de material para ser custodiado por um museu. A inconsistência desse tipo de atribuição de valor diferencial “histórico” é uma das motivações pelas quais a documentação fotográfica com muita frequência não chega ao arquivo público. Privilegia-se, dessa maneira, tanto a fotografia, quanto o museu, em detrimento do arquivo público, equivocadamente associado geralmente a massas documentais de menor valor. Não é preciso dizer que esse tipo de procedimento é muito nocivo à formação dessas instituições e à preservação da documentação pública.

Persiste, diante disso, indagarmos se existem ainda outros motivos pelos quais esse fenômeno acontece. Além da excessiva valorização artística e histórica do recurso fotográfico, que promove o transbordamento de noções de avaliação oriundas de

outros campos do conhecimento para a prática arquivística. Outros fatores colaboram para esse encaminhamento errático do documento fotográfico dentro das instâncias públicas. A ausência dos expedientes fotográficos nos organogramas das instituições produtoras da documentação também prejudica o processo de avaliação arquivística, sendo outro elemento que colabora para a dificuldade de encaminhamento dos documentos fotográficos. Nem sempre existe um autor arquivístico bem determinado nas instituições, ficando o registro fotográfico a cargo de funcionários que dominam a técnica, a despeito de suas funções originais na instituição. No caso da saúde, médicos, enfermeiros ou funcionários técnicos ficaram com essa incumbência de maneira informal, prejudicando a compreensão do expediente dentro de uma rotina de continuidade. Um exemplo disso é expresso por Silva a respeito do Serviço Sanitário:

A hipótese de que existia um setor do Serviço Sanitário que centralizava os trabalhos fotográficos é menos provável que supor um procedimento de contratação eventual de fotógrafos por solicitação autônoma de cada uma das seções dos serviços de saúde. Isto não excluiria a possibilidade de manutenção de um fotógrafo profissional em algumas unidades nem a existência de funcionários com algum conhecimento em fotografia e destacados para fazer registros sob comando de médicos e cientistas — quando não eram estes mesmos que os realizavam como amadores. (SILVA, 2016, p. 71)

Ou ainda, sobre o caso do Instituto de Higiene, o mesmo autor acrescenta:

Embora o Instituto de Higiene tenha produzido muitas fotografias, como resultado de suas diligências pela cidade, não contava em seu quadro de funcionários um fotógrafo, como se pode verificar num ofício do então Presidente do Estado, Carlos de Campos, reproduzido num artigo de José Manuel Lobo sobre o Instituto de Higiene (1924, pág. 239). A produção de registros fotográficos, porém, “era parte inerente dos métodos de identificação das condições em que as doenças proliferavam”, conforme a concepção do então diretor do Instituto de Higiene, Geraldo de Paula Souza (Vasconcellos; Rodrigues 2005, pág. 478), que providenciava, ele mesmo, a realização das imagens. (SILVA, 2016, p. 88)

Nesse sentido, diferente de documentos produzidos em rotinas mais consagradas, o registro fotográfico acaba deslocado do fluxo documental da

instituição. Acontece que muitas vezes essa produção fotográfica sequer é compreendida como documento de natureza arquivística, uma vez que não se compreende seu papel no desempenho das funções de seu gerador. Essa situação é agravada pelo ainda recorrente, mas felizmente já bastante questionado, entendimento desse tipo de produção documental como “especial” ou “extraordinária”, fator determinante para o imprevisto de condutas de preservação, estranhas ao que convencionalmente se pratica com os demais documentos.

É preciso considerar também que, mesmo sendo um recurso de registro tão antigo quanto o desenvolvimento da arquivologia como a conhecemos, lacunas metodológicas para o tratamento de fotografias em arquivos sempre foram recorrentes. Esse é um outro fator importante para a dificuldade de encaminhamento. Há cerca de trinta anos uma bibliografia especializada tem se ocupado de refletir sobre esse processo. No entanto, existe um vácuo de procedimentos gerado por essas lacunas, ou pelo desconhecimento dos debates que já avançaram, que com muita frequência é preenchido por noções de conservação preventiva.

Tratar fotografias em arquivos, em muitos casos significa sistematizar conhecimentos metodológicos relativos à conservação, restauração, preservação. Nesse sentido, a justificativa da separação desses registros de seu conjunto original para intervenções de conservação encontra no argumento da preservação dos suportes seu tom mais eloquente e, via de regra, imprime ao tratamento peça a peça uma legitimidade naturalizada pela necessidade de preservar. (LACERDA, 2008, p. 80–81)

Muitas vezes se acredita que preservar a fotografia significa apenas mantê-la fisicamente íntegra, ignorando sua plenitude como documento, que transcende sua manutenção material. Não raro, instituições dão protagonismo para assuntos como controle ambiental, restauro ou acondicionamento, deixando de lado ou dando atenção secundária a assuntos pertinentes aos processos preconizados pela teoria arquivística, pelos quais passam todos os demais documentos mantidos nesse regime de preservação.

Finalmente, o último fator que gostaríamos de destacar para o problema de tratamento de documentos fotográficos em arquivos públicos é o contexto de dificuldade para o estabelecimento de políticas públicas para os arquivos de modo

geral. No caso do estado de São Paulo, podemos dizer que atualmente existe um sistema de arquivos atuante, com aplicabilidade e comprometido com a gestão documental pública. No entanto, esse cenário é muito recente. O Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP foi criado pelo Decreto nº 22.789, de 19 de outubro de 1984, e envolveu décadas de preparo e pesquisa depois disso para sua construção e operacionalidade.

Cabe considerarmos que na ausência de um sistema de arquivos, ou dos instrumentos e protocolos que o envolvem, é muito frequente que os encaminhamentos de conjuntos documentais para o arquivo público fiquem desassistidos de respaldo técnico arquivístico. Noções pouco esclarecidas de memória ou historicidade, ou ainda, o expurgo de galpões e a extinção de órgãos e repartições, acabam por serem os critérios mais recorrentes para justificar o envio de documentação para esse tipo de instituição. O afastamento do arquivo público das instâncias executivas do poder público caracterizado por sua interpretação como uma entidade exclusivamente cultural agrava ainda mais esse cenário. No caso do Brasil, essas características definem a formação de praticamente a totalidade das instituições desse tipo:

As instituições arquivísticas públicas brasileiras apresentam aspectos comuns no que se refere às suas características fundamentais. Trata-se de organizações voltadas quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de valor histórico, ignorando a gestão de documentos correntes e intermediários na administração que os produziu. (JARDIM, 1996, p. 7)

Como mencionamos, o Apesp tem investido grande esforço para reverter esse cenário no âmbito do estado de São Paulo. No entanto, tendo em vista a complexidade de práticas e agentes envolvidos, trata-se de empenho de elevada dificuldade. Mesmo assim, a formação do acervo do Apesp, especialmente a documentação com status de documentação permanente, é profundamente caracterizada pelos aspectos descritos por Jardim no excerto que apresentamos acima. Nesse sentido, não é possível desassociar o caráter errático promovido pela ausência de políticas públicas para arquivos, da dificuldade para o recolhimento das fotografias que tratamos neste trabalho.

#### 4 CONCLUSÕES:

Depois do exposto, concluímos que existe uma produção pública de documentação fotográfica no âmbito do estado de São Paulo relacionada aos expedientes de saúde pública que poderia ser mobilizada como exemplo da introdução do recurso documental fotográfico nesse estado. Tal produção pode ser mais bem compreendida se analisada à luz de reflexões que discutem as transformações pelas quais passam Estados por todo o mundo durante o século XIX. Para que essas reflexões sejam possíveis é fundamental que o contexto de produção dessa documentação seja preservado. Nesse sentido, apontamos o distanciamento dessa documentação do Arquivo Público do Estado de São Paulo como um empecilho para sua completa contextualização.

Sobre as motivações desse distanciamento, ou do não recolhimento desses documentos para a instituição, apontamos quatro motivações que podem ajudar a compreendê-las: a excessiva valorização artística e histórica do recurso fotográfico; a ausência dos expedientes fotográficos nos organogramas das instituições; lacunas metodológicas para o tratamento de fotografias em arquivos; e a Dificuldade para o estabelecimento de políticas públicas para os arquivos.

Dessa forma, fica clara a inconveniência de procedimentos de exceção para o tratamento da documentação fotográfica em contexto de produção administrativa pública. Embora esse debate já tenha avançado consideravelmente para a teoria especializada, persiste a necessidade de uma comunicação maior com as instituições envolvidas com esses processos, conciliando os universos da teoria e prática arquivísticas.

#### REFERÊNCIAS

BARRAZA LESCANO, Sérgio. Historia de los Archivos. In: Instituto Panamericano de Geografía e História. **Nuestra Palabra**: Textos Arquivísticos Panamericanos. Lima (Peru), p. 11-47, 1996.

ARQUIVO NACIONAL. **Museu de Saúde Pública Emílio Ribas**. Diretório Brasil de Arquivos. Brasil: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/museu-de-saude-publica-emilio-ribas>.

Acesso em: 09 fev. 2021.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, v. 1, p. 11–17, 2003.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A invenção da histeria**: Charcot e a iconografia da Salpêtrière. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

FABRIS, Annateresa. **Identidades virtuais**: uma leitura do retrato fotográfico. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Org. e trad.: Roberto Machado.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Tradução de: Raquel Ramallete.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1996.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos na Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. 2008. 259 f. Tese (Doutorado) — Curso de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre o documento e a arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

SCHWARTZ, Joan. "Records of Simple Truth and Precision": photography, archives, and the illusion of control. **Archivaria**, [s.l.], v. 50, p. 1–40, jan. 2000.

SILVA, James Roberto. **Fotogenia do caos**: fotografia, medicina e saúde pública em São Paulo (1880–1920). São Paulo: CRV, 2016. 146 p.

TAGG, John. **The Burden of Representation**: essays on photographs and histories. 6. ed. Mineápolis: University Of Minnesota Press, 2005.

## Notas

<sup>1</sup> O acesso pleno ao acervo, que se encontra acumulado de forma muito precária nas remanescentes dependências do hospital, não foi permitido a esta pesquisa. Vale considerar que, no ano de 2005, às vésperas da inauguração de um museu recém-restaurado para a instituição, o conjunto sofreu um pouco esclarecido incêndio, que, além do prédio, destruiu uma parte do acervo. Sabemos que os negativos de vidro mencionados aqui não foram destruídos, mas desconhece-se a real dimensão das perdas naquela ocasião. Uma parte dos prontuários do hospital foi recolhida ao Arquivo Público do Estado de São Paulo; no entanto, esta pesquisa desconhece os critérios que definiram o que foi recolhido e o que se manteve na instituição.

<sup>2</sup> Cabe apontarmos a importância da fotografia no contexto da psiquiatria, no que se destaca o entusiasmo de Jean-Martin Charcot. Sobre esse assunto, recomendamos o trabalho de DIDI-HUBERMAN, Georges. *A invenção da histeria: Charcot e a iconografia da Salpêtrière*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

<sup>3</sup> Entendemos por manutenção do potencial documental a garantia de sua autenticidade e fidedignidade, o que implica a compreensão de suas circunstâncias de produção, ou seja, não apenas sua origem, mas as funções ou atos marcados pela sua existência, bem como seus percursos, suas motivações e sua circulação social.